

Governo vai às ruas contra invasores

Prazo para que invasores deixem a terra pública em todo o Distrito Federal termina hoje. GDF promete agir com mais energia

Duzentas mil pessoas vivem irregularmente em pelo menos 534 loteamentos irregulares em todo o Distrito Federal. Segundo dados do governo pelo menos 80 mil lotes foram vendidos nos últimos 20 anos para pessoas que assumiram deveres do poder público e instalaram redes elétricas, de

água, abriram e asfaltaram ruas e se protegem com uma milícia. De todos estes condomínios apenas 144 são considerados passíveis de legalização, pelo menos até agora.

A situação atual — já suficientemente alarmante — tende a piorar com a ação dos grileiros, que voltaram a atacar com toda a força nos

últimos dias, cercando lotes, abrindo ruas e vendendo, a qualquer preço, terrenos que legalmente não são deles. Há uma disputa judicial entre a Terracap — dona de toda a terra pública do Distrito Federal que não pertence à União — e

antigos proprietários ou herdeiros de terras que ficam no quadrilátero do DF e não foram indenizadas na



aconteceu na última sexta-feira, no condomínio Hollywood, do Lago Norte. Além disso os invasores

época da criação da capital.

O Governo do Distrito Federal já começou a reagir. Mesmo sem esperar uma solução final, resolveu fiscalizar e começou a demolir casas prontas e que já estavam sendo ocupadas, como

serão processados criminalmente. O governo deu mais um prazo, que

acaba hoje, para que os invasores. Amanhã deve começar uma grande operação para a retirada das invasões.

E a sociedade começa a reagir para resolver o problema de uma vez por todas. O vice-presidente da Câmara Legislativa, deputado Gim Argello (PFL), está organizando um seminário para reunir políticos, técnicos e interessados (donos de terras e moradores de condomínios). "Entre tantas providências a serem tomadas, penso ser necessário fazer

uma verdadeira conferência sobre os mapas e áreas desapropriadas do Distrito Federal, pois nem mesmo o estado consegue definir os limites territoriais das terras públicas, particulares e muito menos das áreas em conflito, ou seja, aquelas que se enquadram ao mesmo tempo nos dois casos", diz o deputado.

O governo também não vai ficar parado. Além das ações drásticas contra os invasores, a secretaria da Habitação, Ivelise Longhi, também quer realizar um debate sobre o problema, reunindo diversos segmentos da sociedade.